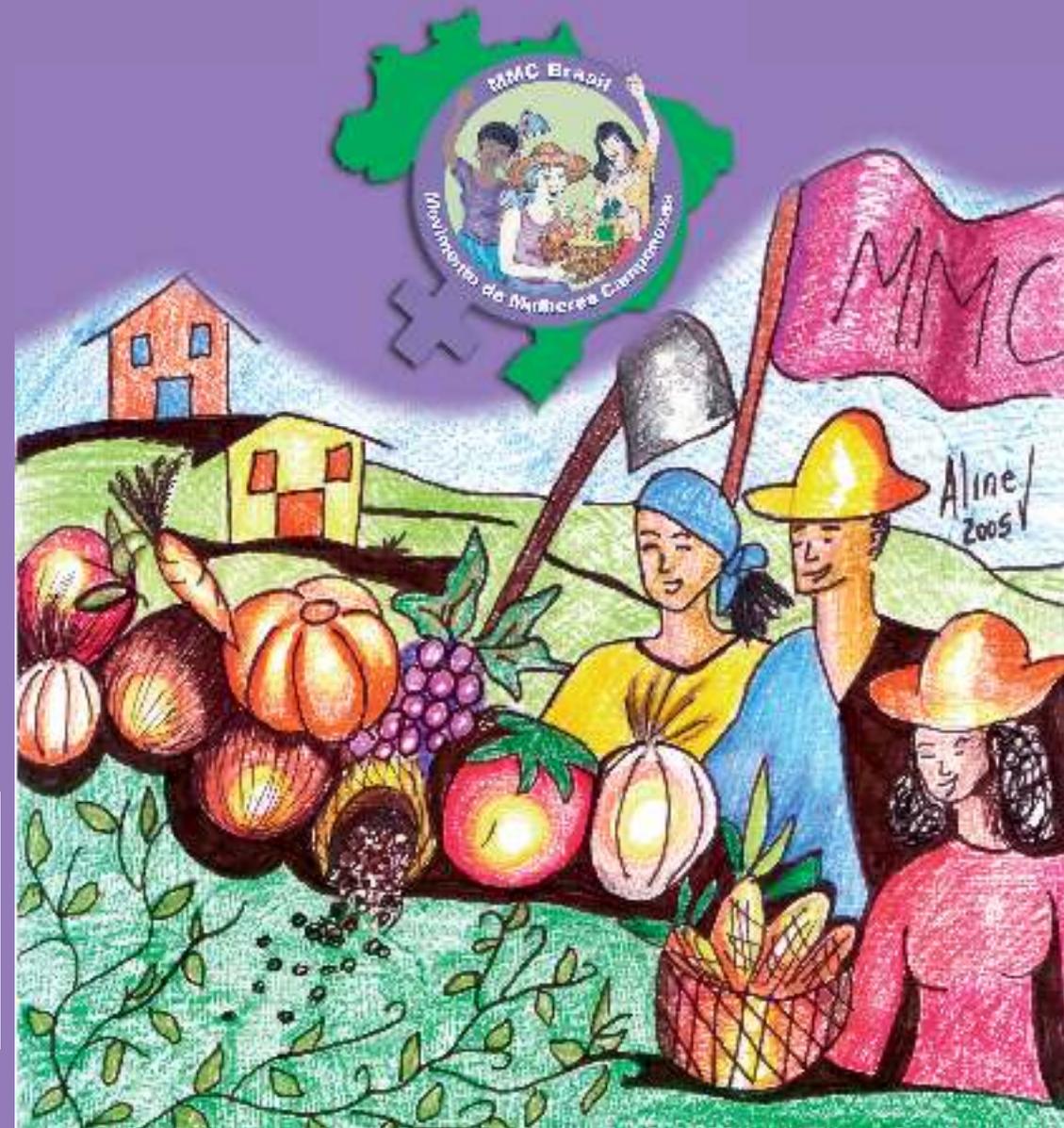


Feminismo Camponês e Popular



Produção:

ANMC
Associação Nacional de
Mulheres Camponesas

Apoio:

HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG
BRASIL

Bizi
tur

Feminismo Camponês e Popular

ANMC
Associação Nacional de
Mulheres Camponesas

2018

FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR

Produção:

Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil

Diagramação:

MDA Comunicação Integrada

Impressão:

Passografic

Outubro de 2018

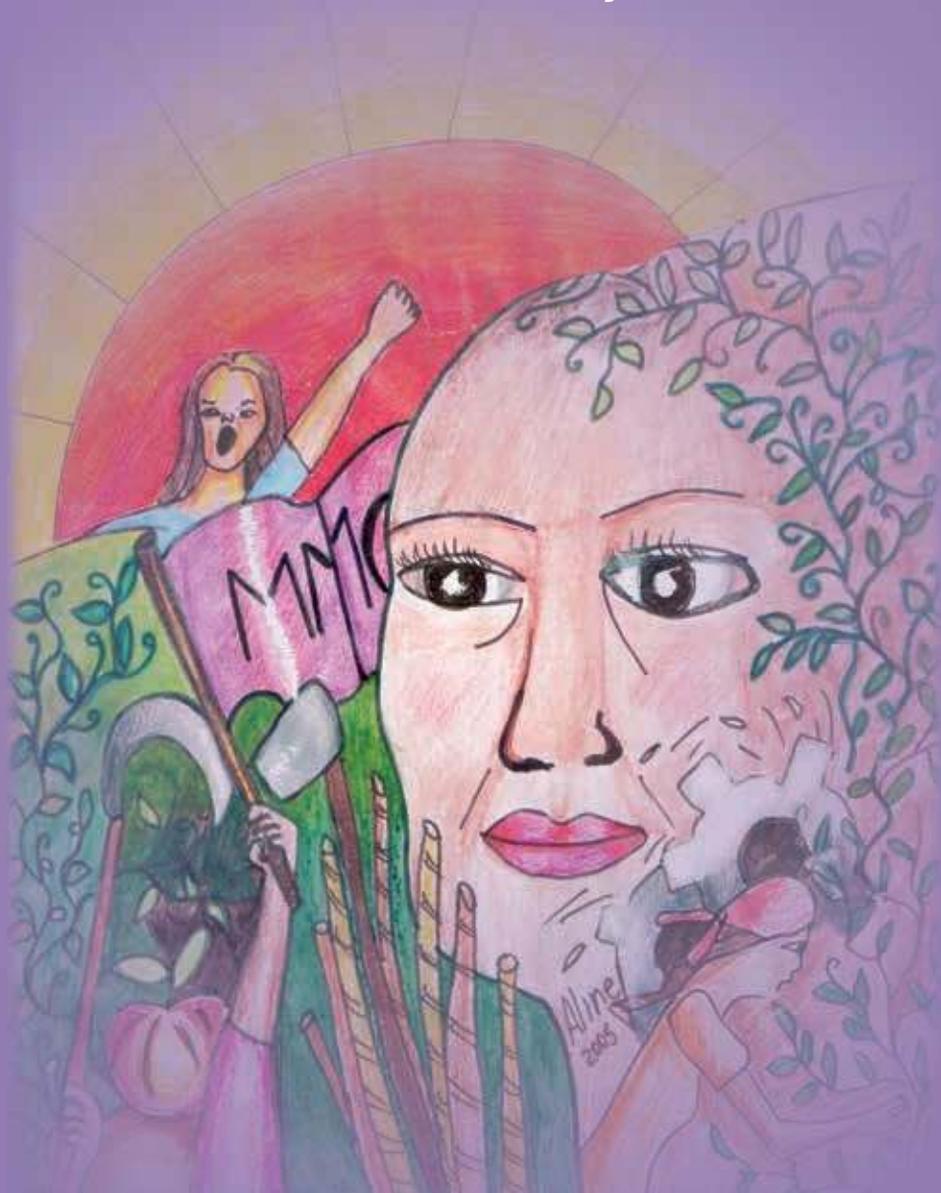
Produção:



Apoio:



**CONSTRUINDO FEMINISMO
CAMPONÊS E POPULAR:
DOS CAMINHOS PERCORRIDOS
ATÉ SUA AFIRMAÇÃO**



A luta por participação política e por direitos das mulheres camponesas

No final da década de 1970 inicia-se no Brasil um processo de efervescência das lutas de massa contra a Ditadura Militar e pela redemocratização do país. Esta ampla mobilização social é aglutinada em diversas ferramentas de luta, que se constituem em movimentos populares, sindicatos combativos e partidos políticos de bases populares.

Contudo, ainda que as mulheres participassem amplamente desse processo de luta contra a ditadura e pela democracia, devido as relações capitalistas, racista e patriarcais, a participação das mulheres foi invisibilizada. Segundo afirmação das mulheres camponesas no I Encontro Nacional das Trabalhadoras Rurais em 1986, *na política elas estavam presentes só na campanha, nos sindicatos e movimentos populares, apenas nas concentrações das mobilizações, não tinham espaço nas decisões, apenas na produção, o espaço das mulheres era secundário - no sindicato, na igreja e na produção* (ANTR, 1986).

Segundo Pañuelos, em *Rebeldia* (2007 apud CONTE; MARTINS; DARON, 2009), na América Latina, no auge da luta contra os regimes ditatoriais, as pautas das mulheres eram colocadas como divisoras da luta de classes, não cabiam nas organizações populares e da esquerda ou se resolveriam automaticamente com a transformação da sociedade capitalista.

As mulheres não encontravam espaço de participação em pé de igualdade nas ferramentas de luta populares existentes, entenderam que a luta pela igualdade de participação política e por

direitos das mulheres deve ser protagonizada pelas próprias mulheres e deve ser realizado junto com a luta de classes, no enfrentamento ao sistema capitalista, patriarcal e racista. Por isso, elas percebem que precisam se organizar em movimentos autônomos de mulheres camponesas, essa compreensão política brota por todo o país na década de 1980, e assim se organizam vários grupos, associações, organizações, grupos e/ou círculos bíblicos de mulheres camponesas.

Estes grupos e movimentos de mulheres se organizam com o apoio e formação política ideológica do pensamento da Teologia da Libertação, através de setores da Igreja Católica e Luterana que assumiram a opção pelos pobres, pelos excluído/as, os mais necessitados/as, intensificam um trabalho de formação e organização popular nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que dará origem no meio rural a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ambas foram promotores da organização de grupos de mulheres rurais, discutindo a necessidade de transformação da sociedade a luz da bíblia e percebendo-se como sujeitos específicos de discriminação e opressão na sociedade patriarcal e capitalista (MMC/SC, 2008).

A partir desse processo de organização nos estados, em 1986 é realizado em São Paulo o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com mulheres de 16 estados, para discutir a realidade das mulheres camponesas em todo o país e as lutas em comum. Deste encontro histórico são tiradas linhas de atuação conjunta, como a luta pela participação política das mulheres, luta contra toda forma de opressão e discriminação, colocar as demandas das mulheres dentro da luta da classe trabalhadora e a sindicalização e organização de mulheres dentro dos sindicatos. Outro ponto



de atuação conjunta naquele período, foi a luta pelos direitos das mulheres, elas apresentaram propostas a nova constituição e com muita organização das mulheres camponesas e a pressão por meio de caravanas à Brasília junto aos parlamentares constituintes garantiram o Reconhecimento da Profissão de Trabalhadora Rural na Constituição Cidadã de 1988, assim garantindo o direito a aposentadoria rural, na condição de seguradas especiais aos 55 anos de idade, garantindo o mínimo de reconhecimento ao trabalho duplicado realizado pelas mulheres e outros benefícios para as trabalhadoras e também para os trabalhadores rurais, uma das maiores conquistas para as camponesas até hoje.

Após a conquista dos direitos previdenciários, no momento do acesso aos benefícios as mulheres se deparam com uma realidade cruel, que camponesas não conseguem comprovar sua profissão por não terem documentos pessoais e profissionais, como um documento básico de identificação perante o Estado, a certidão de nascimento ou Registro de Identidade - RG, sem os quais não podem emitir os demais documentos e acessar os direitos civis que lhe cabem, assim os movimentos autônomos promovem nos estados a *Campanha Nacional: “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”*, garantindo o direito à cidadania para as mulheres camponesas.

É importante ressaltar que o caráter da luta dos movimentos de mulheres camponesas estava assentado sobre a luta de classes e de gênero. Para as camponesas as lutas de gênero, classe e raça são inseparáveis, se entrelaçam e devem ser assumidas por mulheres e homens em todos os momentos e espaços, em vista da construção do projeto democrático e popular. É preciso transformar as relações sociais de gênero que oprimem e discriminam as mulheres, e que não reconhecem seu trabalho produtivo no campo, além de desvalorizar e so-

brecarrega-las com o trabalho reprodutivo que é fundamental para a manutenção do modo de vida camponês. Mas também afirmamos que é preciso transformar a sociedade capitalista, superar todas as formas de dominação e exploração da sociedade patriarcal, capitalista e racista. Essas são mudanças totalmente interligadas, uma não acontece de forma completa sem a outra.

As mulheres seguem se organizando e fortalecendo suas organizações e movimentos a nível estadual e também regional, assim em 1988 surgem as Articulações de Movimentos de Mulheres trabalhadoras do Campo da região Sul e da região Nordeste. No início dos anos 1990, lutam por saúde pública e integral de qualidade e para todos, ou seja, pelo SUS, pela regulamentação dos direitos previdenciários conquistados nas lutas durante a constituinte. Neste sentido, travam uma grande batalha pela aprovação e regulamentação do salário maternidade para as mulheres do campo, realizando caravanas rumo a Brasília com abaixo assinados, e deslocamento de dirigentes para fortalecer e ampliar a mobilização por todo o país para mais mulheres se somarem na luta por mais este direito, e com a mobilização, pressão e organização das camponesas, conquistamos em 1994 o direito ao Salário maternidade para as camponesas.

Neste mesmo ano as mulheres camponesas do Brasil, participam do I Congresso da CLOC (Coordenação Latino Americana das Organizações do Campo), uma articulação continental de movimentos de camponeses/as, indígenas e negros/as, e nele as mulheres perceberam que tinham um grande desafio de fortalecer a organização de mulheres nos países para fortalecer sua participação política na CLOC. Assim desta necessidade apresentada, e das experiências



vividas e intercambiadas na luta pelo salário maternidade, as mulheres dos movimentos autônomos junto às mulheres de movimentos mistos do campo organizam a luta das mulheres camponesas por meio da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais - ANMTR, constituída em 1995. O I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais realizado em São Paulo (mas que depois com a retomada da história dos 2 encontros anteriores, este passou a ser considerado como o III Encontro Nacional), contou com a participação de 16 estados do Brasil, havendo movimento autônomo de mulheres na maioria deles.

As mulheres fortalecendo a luta e a articulação nacional

A ANMTR amplia a articulação das mulheres trabalhadoras rurais a nível nacional e reafirma os eixos centrais de luta: *Gênero e Classe, definindo-se como mulheres que lutam pela igualdade nas relações e pertencem à classe das trabalhadoras e trabalhadores* (MMC, 2004). Para elas estes dois eixos são indissociáveis para a libertação das opressões, dominações e explorações a que são submetidas histórica e socialmente em seu cotidiano. A ANMTR tem seu auge de luta na realização dos acampamentos nacionais nos anos 2000, 2001 e 2002 no enfrentamento às políticas neoliberais que atingiam o povo brasileiro naquele momento. No 1º Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, na entrada dos 500 anos, as mulheres foram ao centro do poder neoliberal para gritar “*Aqui são outros 500, as mulheres fazem sua história*”, momento em que a luta girava em torno da *defesa da Saúde pública de boa qualidade para todos (SUS)*;

Previdência Pública, universal e solidária, a garantia dos direitos das mulheres camponesas; a construção de um Projeto Popular para o Brasil para nós e para as futuras gerações (ANMTR, 2000). Com este acampamento as mulheres derrubaram a proposta de reforma da previdência que acabaria com este direito para as camponesas/es.

**A LUTA DAS CAMPONESAS SEMPRE FOI
POR MELHORIAS PARA A VIDA DAS MULHERES,
MAS AS CONQUISTAS MELHORAM A VIDA
DE TODA A CLASSE TRABALHADORA.**

Nos acampamentos seguintes a luta foi pelo rompimento do acordo do Brasil com o FMI e pela soberania nacional, por um Brasil livre de transgênicos, agrotóxicos e pela agricultura agroecológica, contra a política de importação de alimentos, por uma política de soberania e segurança alimentar e proteção nacional, suspensão do pagamento dos juros da dívida interna e externa e por um Brasil fora da ALCA (Área de Livre Comercio das Américas), para isso se realizou um grande plebiscito popular contra a ALCA. E esta última foi derrotada por meio da ampla e massiva organização, mobilização e participação no plebiscito e da pressão popular sobre o governo no Brasil e na América Latina.

A afirmação de muitas histórias

A articulação a nível nacional durante este período fortaleceu nas mulheres camponesas a compreensão política de que era necessário dar um passo a mais em sua história de organização e



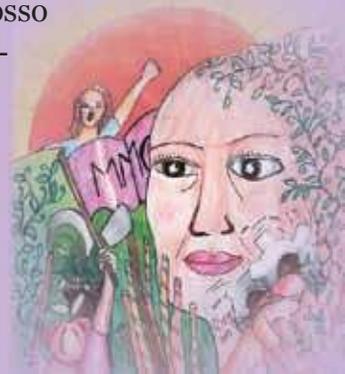


luta, construindo um movimento autônomo de caráter nacional, assim em 2004 num grande Congresso Nacional se consolida o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil. Segundo documentos do MMC (2004), o movimento autônomo de mulheres camponesas assume ***a missão de libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implantação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutar por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza.*** Sendo considerado um grande avanço na organização e luta das mulheres, um movimento nacional autônomo de mulheres camponesas no Brasil. Afirmar seu caráter autônomo, de base, de classe, socialista é afirmar baseada na análise de sua história a sua identidade feminista, camponesa e popular.

Sendo assim um movimento:

- **Autônomo** porque são as mulheres camponesas que decidem os rumos do movimento, suas ações e estratégias.
- **De base** porque o núcleo central onde se concretiza a organização das mulheres são os grupos de base nas comunidades rurais,
- **De classe** porque nos assumimos como parte da classe trabalhadora,
- **Feminista** porque lutamos pela liberdade, autonomia das mulheres e pelo fim das desigualdades,
- **Camponês** porque o sujeito principal da nossa organização são as camponesas, são essas mulheres que tem sua vida ligada ao rural em suas diversas formas de ser, que compõe o MMC. E assim somos sujeito da luta por um projeto de agricultura popular, camponesa e agroecológica com perspectiva feminista,
- **Popular** porque assumimos a construção de um projeto popular de país, para a construção de uma **sociedade socialista**.

É neste momento que afirmamos explicitamente o caráter feminista de nossa luta, a qual anteriormente não assim denominada, mas que hoje sabemos já era a expressão de feminismo das mulheres camponesas. Sendo assim, para nós do MMC o Feminismo Camponês e Popular é respeito a nosso modo de vida, baseado no projeto de agricultura camponesa e agroecológica, mas é também transformação, pois, busca construir as bases para uma sociedade sem classes, a sociedade socialista e feminista.



A luta de enfrentamento cotidiana contra o capitalismo e o patriarcado no campo

Uma das principais bandeiras de luta, ação e de formulação política do MMC, após sua consolidação nacional, é a afirmação e *defesa de um Projeto Popular de Agricultura Camponesa, que parte de uma prática feminista, fundamentado na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais e na conquista de direitos* (MMC, 2004). A vida entendida pelas camponesas, como o direito a uma vida sem violência para as mulheres, a vida humana, dos animais e da natureza, como bem maior por sobre o lucro e a exploração capitalista.

No Projeto de Agricultura Camponesa defendemos a produção de alimentos saudáveis, de qualidade e diversificados para a mesa das famílias camponesas e para toda a sociedade, não como uma novidade ou como uma moda, mas como o resgate do nosso modo de vida, preservando a cultura e a identidade do campesinato que o modelo do agronegócio tem negado, desvalorizado e tentado acabar.

Ressaltamos o papel e a importância das mulheres em todo o histórico da agricultura no mundo desde sua origem e na atualidade; identificando a reprodução de relações patriarcais e machistas na família e nas comunidades camponesas, as quais invisibilizam, negam e inferiorizam o trabalho da mulher camponesa, o conhecimento delas, sobrecarregam com os trabalhos domésticos e praticam as diversas formas de violência contra as mulheres. Por isso, nós camponesas lutamos para que estas relações sejam discutidas e superadas, desta forma, o Projeto Popular de Agricultura Camponesa e agroecológica vem ressignificar a compreensão de

campesinato, colocando para o debate as relações de gênero dentro desta fração da classe trabalhadora, imprimindo uma perspectiva feminista sobre a categoria do campesinato. Esse é um elemento importante da contribuição política e teórica do feminismo camponês e popular.

NOSSA LUTA SEMPRE FOI LUTA DE CLASSES!

Com o aprofundamento do debate do Projeto Popular de Agricultura Camponesa, agroecológica e feminista, compreendemos que necessitávamos realizar uma ação contundente para denunciar o modelo de produção do agronegócio. Assim, na madrugada do 8 de março de 2006 mulheres com rostos cansados, queimados do sol, mãos calejadas do trabalho diário na roça realizam o que será um marco nacional, mas também mundial da ação das mulheres do campo. Mulheres da Via Campesina Brasil ocuparam o laboratório de experimentos da empresa Aracruz Celulose, destruindo os experimentos e as mudas de eucalipto ali produzidas, denunciando as consequências do monocultivo de eucalipto, dos desertos verdes, onde nada mais nasce e sobrevive. Denunciaram a toda a sociedade brasileira e internacional os impactos negativos do modelo de agricultura do capital no campo, que destrói a vida, expulsa camponesas e camponeses. Dizemos não a violência social, econômica e ambiental promovida conscientemente pelas empresas da celulose (CARLOS; CONTE, 2009).

Esta ação marcou a história de luta das mulheres camponesas, para o MMC (2006) a luta das mulheres foi um marco da luta de classes, com recorte de gênero, da classe trabalhadora no confronto com o capital. Foi uma mostra de organização, disciplina,



segurança, solidariedade e resistência, de rompimento com a passividade e o caráter secundário que costumeiramente se dá para a presença das mulheres nas lutas. Foi uma ação que demonstrou claramente como o feminismo camponês e popular se coloca na luta feminista a partir de uma perspectiva de classe.

Foi uma ação inesperada para a empresa, mas também para a mídia e para as pessoas conservadoras, que não aceitavam uma ação de enfrentamento direto organizada e realizada pelas mulheres, uma ação que foi tratada como “vandalismo”, como “ação violenta”, mas parecia que a surpresa maior era o fato de ter sido realizada por mulheres, a quem a sociedade patriarcal atribui como características essenciais a “delicadeza” e a “docilidade”, características que seriam da natureza feminina. Chegou-se a dizer até que elas foram usadas, que essa ação foi pensada por homens de outros movimentos sociais e pessoas de outros países.

Esta ação organizada, pensada e realizada pelas mulheres colocou em outro patamar a organização autônoma das mulheres camponesas no Brasil, pairavam no ar muitas dúvidas sobre a capacidade das mulheres de realizar uma ação de tal envergadura, mas não restou dúvida da capacidade de luta e de organização das mulheres camponesas após a ação praticada naquele 8 de março de 2006. Este também é o marco de reafirmação para o MMC da construção da luta feminista e camponesa.

As mulheres camponesas não tiveram dúvida da importância de seu ato e da necessidade da realização do mesmo, ele abriu caminho para as próximas jornadas de organização e luta no marco do 08 de março, imprimindo a cara, a voz e a coragem das camponesas neste dia de luta das mulheres trabalhadoras

e a certeza de que todas as ações planejadas em defesa da soberania da nação, contra o capital e contra o patriarcado, são ações que colocam a vida acima do lucro!

As futuras gerações e todo o planeta dependem desses gestos. Esta ação contribui para *construir outra visão dentro da classe trabalhadora sobre a organização e lutas das mulheres, a importância de enfrentar o capitalismo e o patriarcado conjuntamente*, pois são um mesmo sistema que precisa ser enfrentado e superado concomitantemente, e com o protagonismo das mulheres na construção dos processos de enfrentamento. (CARLOS; CONTE, 2009)

Em 2007, além da denúncia dos prejuízos do modelo do capital, nós apresentamos a sociedade a proposta do modo de produção e de vida para o campo que as camponesas constroem cotidianamente na prática e nos debates e formulações políticas, e assim, a partir do Projeto Popular de Agricultura Camponesa, lançamos a Campanha Nacional de Produção de Alimentos Saudáveis – CNPAS, com objetivo de sensibilizar toda a sociedade para a importância do campesinato na produção dos alimentos saudáveis, diversificados e de qualidade que chegam à mesa dos brasileiros/as, ressaltando o papel das mulheres neste trabalho, além de dialogar sobre a importância da preservação da natureza, da água, das sementes e da biodiversidade, dialogando com a sociedade sobre os impactos do modelo de produção promovido para o desenvolvimento do campo nos aspectos ambientais, climáticos, sociais e econômicos. Ou seja, a ação de denúncia do agro-negócio é uma parte importante da ação, mas a outra parte é demonstrar que existe outras formas de lidar com a natureza e de produzir para a vida e não para a morte.



PRODUZIR E LUTAR POR ALIMENTOS SAUDÁVEIS NESSE SISTEMA QUE SÓ PENSA EM LUCRO É REVOLUCIONÁRIO!

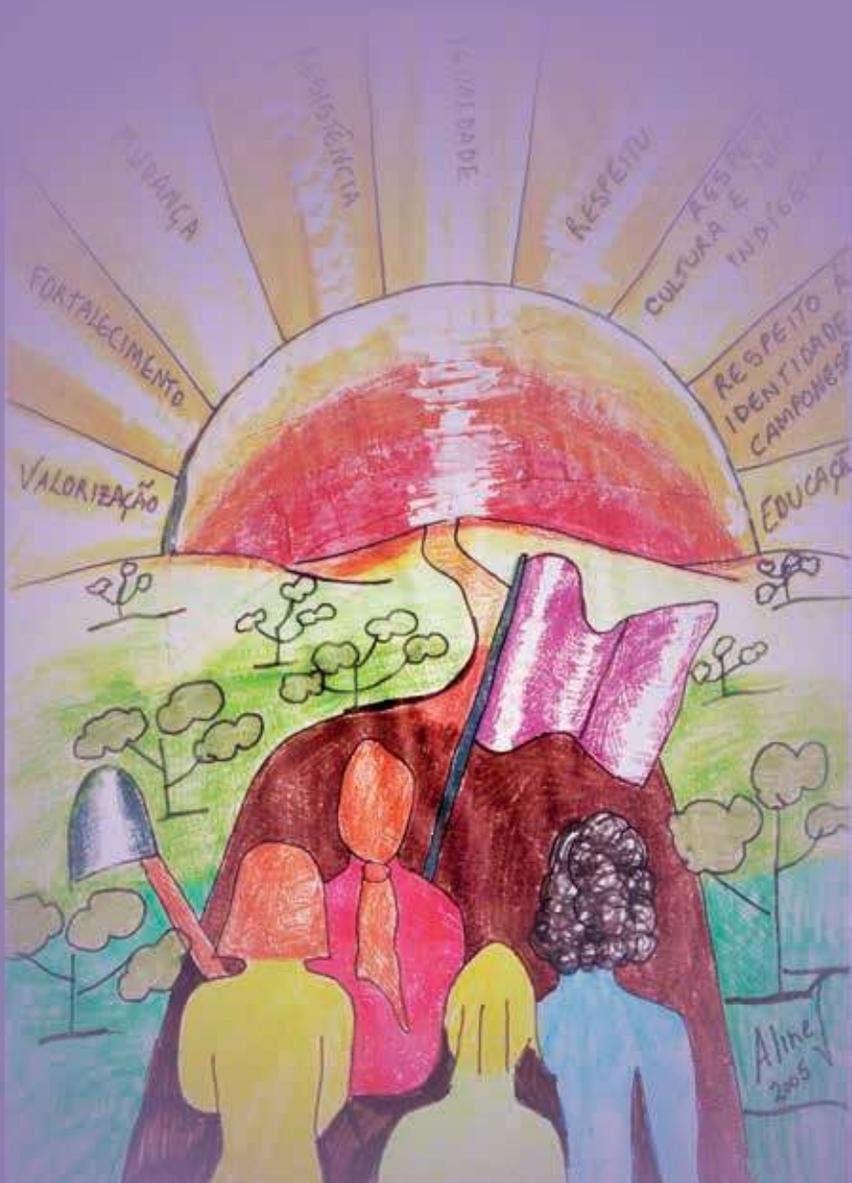
O Movimento de Mulheres Camponesas pauta sua história na luta pela libertação das mulheres de todas as formas de exploração, na transformação da sociedade capitalista para uma sociedade socialista, entendendo que a libertação das mulheres se dá por obra e protagonismo das mesmas. Reafirmamos diariamente a luta por vida digna, o que só acontece com a construção de novas relações de igualdade entre homens e mulheres, o trabalho na perspectiva da valorização das mulheres camponesas, a construção da sua própria história e a conquista de direitos. A importância da participação das mulheres nas decisões da família e na sociedade. Elementos da construção histórica do movimento que consideramos ser a gênese, a origem da construção da luta feminista, camponesa e popular.

Em 2013 realizamos nosso I Encontro Nacional das Mulheres Camponesas em que reafirmamos a importância e a necessidade do Movimento de Mulheres Camponesas, de nosso caráter de movimento autônomo, feminista, camponês e socialista. O Encontro confirmou a missão do MMC de lutar pela emancipação das mulheres camponesas e da classe trabalhadora de qualquer tipo de opressão, exploração e discriminação, a construção do projeto de agricultura camponesa, feminista e agroecológico e a luta pela transformação da sociedade.



Sugerimos que os grupos utilizem o conteúdo deste capítulo para organizar uma reunião, debatendo sobre a construção do Feminismo Camponês e Popular.

PRÁTICAS E LUTAS HISTÓRICAS DAS CAMPONESAS QUE DÃO VIDA AO FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR



Ao romper o silêncio da violência praticada contra as mulheres camponesas

O Feminismo Camponês e Popular no MMC se expressa em suas diferentes ações e lutas, sendo uma delas o enfrentamento da violência contra as mulheres. Compreendemos o feminismo como uma luta pela igualdade na diversidade entre homens e mulheres, a partir da liberdade e autonomia das mulheres, por isso, construímos a luta pelo fim da violência contra as mulheres em suas diferentes expressões e formas.

Para debater a violência precisamos pensar de onde ela nasce; porque existe na sociedade violências que são praticadas contra nós mulheres, pelo simples fato de sermos mulheres?

Para nós camponesas, partimos da compreensão de que a violência contra as mulheres foi construída historicamente com o processo de surgimento da propriedade privada e da descoberta de que os homens tinham um papel na reprodução da humanidade. Assim foi que surgiu o patriarcado, sistema de dominação que atribui ao homem o poder sobre a vida das mulheres, das crianças e dos jovens. Parece que estamos falando de algo antigo, ultrapassado, mas ainda hoje nós mulheres morremos e somos violentadas a partir da lógica do patriarcado. A violência, a discriminação das mulheres não é algo natural, foi naturalizado pelos processos históricos e pelas relações sociais, portanto, precisa ser desnaturalizado e pode e deve ser superado.

Vale salientar que essa dominação não se deu de forma fácil e rápida, foram muitos séculos para a constituição do patriarcado, foram muitas gerações para que os homens

existe hoje um extermínio da juventude negra sendo ela a que mais morre em nosso país. Assim, como também há um extermínio dos povos indígenas e expulsão de seus territórios, os quais são de grande interesse das empresas do capital transnacional. As condições de vida da população negra e indígena são as piores, pois são as que menos têm acesso a escola, saúde e oportunidade de trabalho digno, e sobre as mulheres negras e indígenas pesa ainda mais a responsabilidade não assumida pelo Estado e os estigmas sociais, sendo assim inegável que nesse sistema capitalista, patriarcal e racista são as mulheres negras e indígenas as mais atingidas, as mais violentadas.

O que queremos dizer com isso? Queremos deixar evidente que a violência não é apenas um fenômeno isolado, de pessoas que são ruins ou mesmo doentes, mas que ela é fruto de um sistema **CAPITALISTA, PATRIARCAL E RACISTA**, que precisa, em nome do lucro, criar desigualdades, subalteridades e usa o convencimento e/ou a violência como formas de se legitimar. Isso não tira as responsabilidades individuais de quem comete violência, mas nos coloca a certeza que o enfrentamento dela passa pela questão de punir os violentadores e agressores, mas também por mudança no modo de produção, que resulta nessa forma desigual de organização da vida social e na mudança das relações sociais entre homens e mulheres, eliminando toda forma de relação de exploração, subordinação, discriminação, submissão e violência.

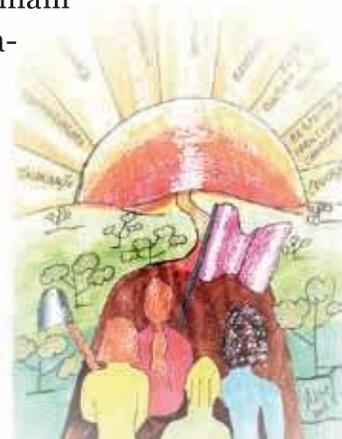
Nós mulheres, enfrentamos diversas dificuldades para sair dessa situação, pois a dependência econômica e emocional, como também o medo e insegurança, nos coloca em circunstância de tamanha desigualdade que temos dificuldade de encontrar saídas para as situações de violência. Quando a violência se expressa no campo, as dificuldades se ampliam,

pois, no campo, muitas vezes não temos vizinhos próximos, as estruturas do Estado de abrigo e acolhimento as mulheres vítimas de violência estão nas capitais, longe do nosso lugar e persiste um enorme desconhecimento das leis que asseguram a mulher o direito de viver sem violência, como também as leis que preservam nossos bens e direitos econômicos em caso de separação do agressor.

Por isso, nós do MMC buscamos trabalhar a partir de um tripé organizativo, onde juntas, organizadas em grupos (organização), as mulheres buscam conhecimento (formação) para transformar sua realidade e das companheiras (luta). Esse tripé possibilita a camponesa, primeiramente reconhecer as formas de violência que ela enfrenta, e nesse sentido, a organização, a formação e as lutas tem o papel fundamental de desnaturalização da violência.

Entendemos que são vários tipos de violências que ocorrem contra as mulheres e cada uma delas atinge de forma diferenciada a dignidade da mulher. As violências podem ser físicas, sexual, moral, patrimonial, verbal, psicológica, e, na maioria das vezes elas ocorrem de forma conjunta.

No rural, uma forma de violência que é muito naturalizada é a sobrecarga de trabalho, todos trabalham na roça, todos lidam com os animais e o trabalho produtivo que existir na unidade de produção da família, mas, na maioria das vezes, apenas as mulheres realizam o trabalho reprodutivo e de cuidados, o que coloca sobre ela uma enorme sobrecarga de trabalho.



O MMC tem o compromisso de romper o silêncio sobre esta luta e levar para o conjunto dos movimentos do campo a assumir o enfrentamento a violência contra a mulher, contribuiu na constituição da Campanha Basta de Violência Contra a Mulher da Via Campesina Internacional. Pois, acreditamos que o enfrentamento a violência contra a mulher é tarefa de todos os seres humanos e de todas as organizações que pretendem transformar a sociedade em um mundo de pessoas livres e iguais. Quem luta pela transformação da sociedade não pode concordar com a violência contra a mulher, bem como o Estado deve criar mecanismo reais e concretos de enfrentamento a violência no campo e na cidade.

Ao mesmo tempo em que travamos a luta pelo fim da violência praticada contra as mulheres, vamos exigindo e construindo a participação política da mulher na sociedade, para garantir a participação em todos os espaços, principalmente na luta. Quando dizemos “*basta de violência contra a mulher*”, dizemos que queremos autonomia, com cursos de formação, com a luta e mobilização denunciando a violência e na organização, construindo a nova sociedade, justa e igualitária.

Organizadas podemos contribuir para a superação desse sistema capitalista, patriarcal e racista, pois apenas coletivamente, na construção de uma nova sociedade podemos conseguir chegar a uma sociedade realmente justa e igual, mas até lá, seguimos nos organizando para denunciar a violência, exigir políticas públicas de combate a violência no campo, políticas públicas de construção de autonomia econômica e social das mulheres, também como formas de enfrentamento a situação de desigualdade.

Na construção do projeto popular de agricultura camponesa, agroecológica e feminista

Defendemos a agroecologia e construímos o projeto de agricultura camponesa agroecológica e feminista, em contraposição ao modelo do agronegócio, a partir das construções de experiência das camponesas. Sabemos que no rural brasileiro temos dois projetos de desenvolvimento da agricultura que além de disputar corações e mentes, eles representam oposição um ao outro. É a agricultura camponesa e o agronegócio.

O agronegócio se caracteriza por uma exploração agrícola e pecuária voltada para o lucro, em que a natureza e as pessoas são apenas meio de ganhar mais dinheiro. Ele é responsável hoje pelo alto consumo de venenos na agricultura e tem tomado terras camponesas e tradicionais por todo o país. Esse modelo não é voltado à produção de alimentos, assim perde-se soberania alimentar, recebe um grande volume de investimentos públicos, sendo responsáveis pela utilização de mais de 60% do volume de recursos públicos da agricultura e pecuária no Brasil, sem falar em suas isenções de impostos, pois não pagam imposto sobre os lucros de exportação e nem do veneno que coloca na natureza.

Já agricultura camponesa tem um projeto de vida no campo, esse não é um projeto que possa ser caracterizado como um único padrão de vida, pois são diversas formas de viver, mas que tem em comum uma relação harmônica com a natureza, infelizmente as ideias do agronegócio também contamina-



ram parte da agricultura camponesa, mas muitas organizações de camponeses e os próprios camponeses e as camponesas tem se organizado para se livrarem dessa influência, que já deixou evidente que só traz prejuízos para natureza e para família camponesa, assim o campesinato tem passado a manejar suas áreas baseando-se nos princípios agroecológicos, resgatando conhecimentos dos seus antepassados, principalmente das mulheres que os preservam e reproduzem, associando um conhecimento acadêmico apropriado a realidade camponesa.

Para nós no MMC, a agroecologia é um modo de vida que respeita as tradições de cultivo, de forma de criar os animais, os cuidados com o solo, com a água, ou seja, pensa a vida no campo a partir de uma relação de cuidado com a natureza, buscando entender e respeitá-la. Mas tem aspectos da cultura camponesa que devem ser transformados, o MACHISMO existe na nossa cultura e precisa ser enfrentado e superado, essa também é uma tarefa da Agroecologia, pois sem respeito e valorização do trabalho de homens e mulheres não tem como existir uma relação de integração com a natureza de forma agroecológica, por isso dizemos: Sem Feminismo não há Agroecologia.

Para nós, a agroecologia não é apenas uma ideia, é um modo de vida, é concreto, faz parte da nossa realidade, é ciência construída com nossa experiência e dizer isso significa que construímos ela no dia a dia.

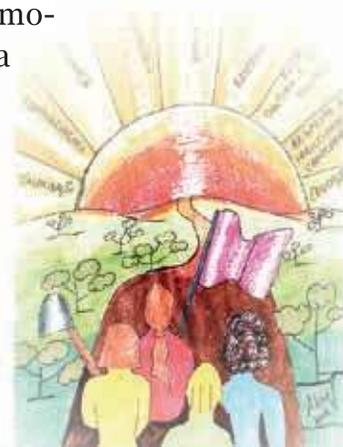
Temos trabalhado com a preservação de sementes crioulas desde muito tempo, foram as camponesas que, muitas vezes, enfrentando os maridos e os técnicos da extensão rural escondiam as sementes que hoje podemos resgatar. O uso das plantas como remédio sempre foi uma estratégia das

mulheres camponesas para combater as doenças que afetavam sua família. Também podemos citar experiências com plantas ornamentais, condimentares e hortaliças que nós mulheres desenvolvemos nos espaços entorno da casa

Por isso, dizemos que na agroecologia tem diversidade, tem a agricultura, as pequenas agroindústrias, a pesca artesanal, extrativismo, artesanato, e muitas outras coisas em harmonia com a natureza. Nós camponesas desenvolvemos atividades agrícolas desde a produção de sementes crioulas até grãos para comercializar, juntamente com a família, trabalhamos com a venda direta aos trabalhadores (as) da cidade em feiras ou através de programas institucionais de compra de alimentos. É nessas experiências ligadas a produção, em que muitas vezes precisamos “disputar” espaço com o marido e os filhos para a ampliação da produção agroecológica para toda a Unidade de Produção. Mesmo quando filhos e marido não aceitam a agroecologia, as mulheres constroem barreiras vegetais e aos poucos vão construindo um espaço maior de autonomia na produção.

Nós, como camponesas vamos inventando formas de melhorar a vida no campo, exigindo políticas públicas para a produção agroecológica e construindo o projeto de agricultura camponesa e feminista. O que temos certeza é que a luta e a organização que estiveram presentes em momentos muito difíceis da história, continuam nesse momento e continuarão exigindo direito a uma vida digna e a transformação com autonomia camponesa.

É importante destacar que a agroecologia é a ferramenta de transformação que desenvolvemos para garantir o modo de vida camponês,



mas mesmo no movimento agroecológico o machismo se expressa e se faz necessário lutar para dar visibilidade as experiências das mulheres cotidianamente.

A CAMPANHA NACIONAL DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, conforme já mencionamos foi nossa forma de demonstrar a necessidade de sair da lógica do agronegócio e buscar a agroecológica. Essa campanha buscou mostrar que a produção das camponesas é saudável, diversificada, livre de venenos e transgênicos, gera saúde e vida de quem consome e produz, ou seja, as camponesas usam suas mãos e seus conhecimentos (científicos e milenar) sobre a natureza para produzir alimentos que garantem, produzem e geram saúde e vida.

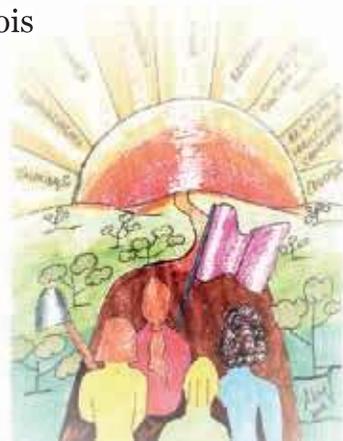
Nós não nos consideramos responsáveis por salvar o mundo que as empresas capitalistas/multinacionais em busca de lucro, destruíram, mas sabemos que temos experiências de produção e cuidado com a vida, com a saúde e com a natureza para contribuir nesse processo. No entanto, essa precisa ser uma responsabilidade coletiva de homens e mulheres que buscam construir uma nova forma de organizar a sociedade. Nosso projeto de agricultura camponesa é um projeto de vida, é necessariamente agroecológica e feminista.

Essas experiências de produção e de construção da autonomia na família, na comunidade, na sociedade podem ser lentas, pois vivemos séculos de opressão patriarcal. A mudança pode demorar de uma produção convencional para outra agroecológica. É preciso mudar o jeito de pensar, o que só é possível no coletivo, com formação e capacitação, pois agroecologia é um modo de vida, é muito mais do que um modelo de produção.

A agroecologia também tem se desenvolvido como um campo do conhecimento científico e muitas de nós mulheres despertamos para o estudo a partir da experiência de produção, que fortalecida pela experiência feminista se dão via estudo formal e não formal. A conquista a educação na escola e na universidade é de muita importância para nós, pois nos foi negada historicamente como camponesas, e, buscamos acessá-la para fortalecer a luta camponesa. A educação pública e de qualidade é um direito de todas/os, um direito das mulheres camponesas, que foi uma luta histórica para conquistar esse direito e o espaço na escola e na universidade.

As experiências se dão em diferentes estados nos grupos organizados pelo MMC e em parceria com outras entidades, onde as camponesas passam a fazer parte da gestão dos processos educativos formais também. Como, cursos de derivados de mandioca em algumas regiões, curso de agroecologia, discutindo sobre a soberania e reeducação alimentar, plantas medicinais e saúde. A partir da experiência vivida pessoal e coletivamente, nós mulheres camponesas construímos diariamente formas de resistência e enfrentamento aos modelos de sociedade e de agricultura impostos.

O movimento de mulheres camponesas tem mulheres de todas as idades, temos nos últimos anos passado por uma renovação de quadros. Nós jovens camponesas nos envolvemos na luta feminista e camponesa, pois sonhamos com uma sociedade transformada, justa, onde possamos nos expressar. Nossa prática feminista se dá com a cultura, a arte, a formação e também afirmamos que queremos continuar produzindo alimentos saudáveis, queremos continuar no campo,



mas para isso precisamos transformá-lo, pois no agronegócio não há lugar para jovens camponesas. Queremos um campo com vida, com alegria, com educação liberdade e autonomia para as mulheres.

As experiências de resistência e de enfrentamento das mulheres camponesas do MMC, diante do sistema capitalista e patriarcal, são constituidoras de novos aprendizados, e a construção de modos de vida, de forma que podemos afirmar que o Feminismo Camponês e Popular experienciado no MMC é pela Libertação da mulher, de forma individual e coletiva.

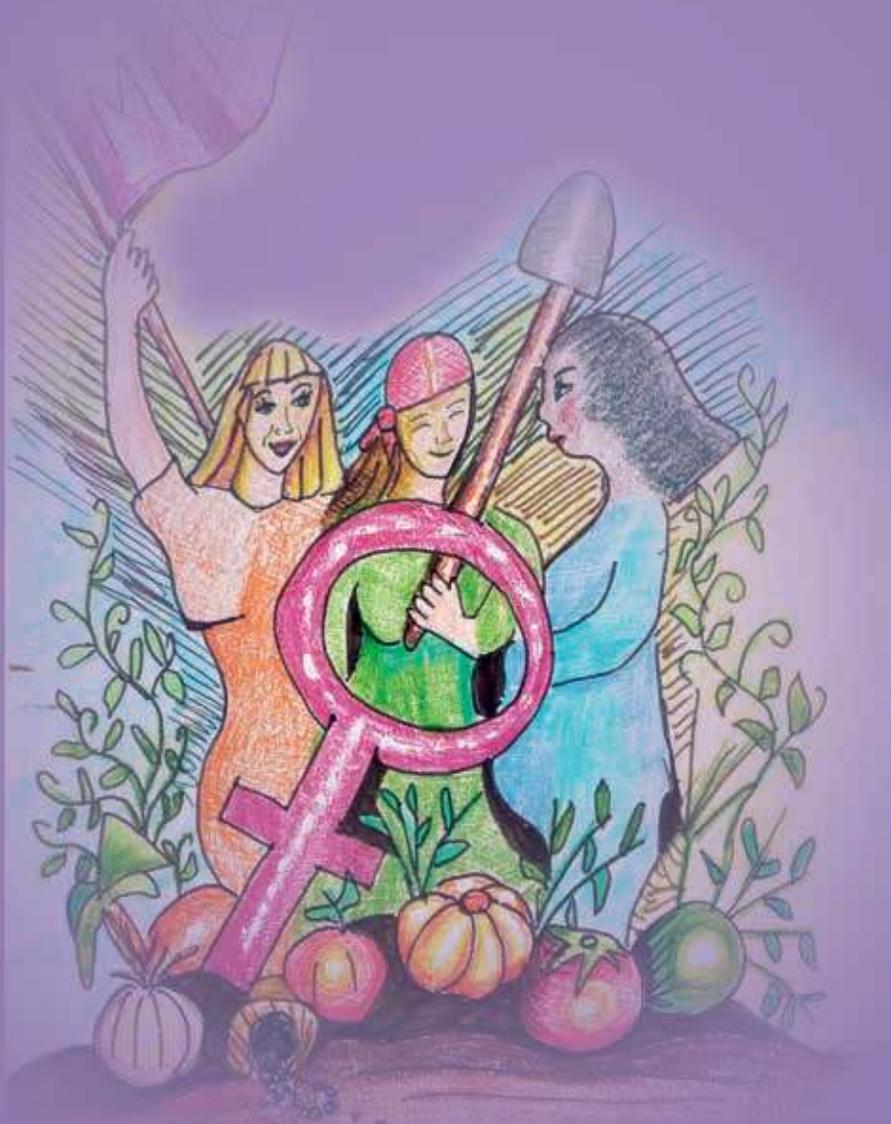
Entendemos que o que faz a organização são suas ações e as lutas que travamos diária e historicamente, nossa luta é de classe, é antirracista e feminista, somos nós camponesas que fazemos em nossas ações práticas e concretas de transformação diária da vida das mulheres e homens do campo a luta feminista, camponesa e popular.



Sugerimos que os grupos utilizem o conteúdo deste capítulo para organizar duas reuniões, aprofundando os temas:

- 1. O Feminismo Camponês e Popular e o enfrentamento da violência contra as mulheres.*
- 2. O Projeto popular de agricultura camponesa, agroecológica e feminista.*

FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR: UMA CONSTRUÇÃO ORGÂNICA E COLETIVA



O descobrir-se feminista das mulheres camponesas

Como já vimos no início dessa cartilha o MMC é fruto da *afirmação de muitas histórias* e dessa forma, foi construído em vários lugares do país, a partir de estratégias diferentes, mas com uma luta comum, **a luta pela libertação das mulheres que vivem na roça**, com a luta pelo reconhecimento das camponesas como trabalhadoras rurais, a luta por demonstrar que nós camponesas temos valor e **temos o direito a ter direitos**. Essa construção não inicia usando o nome feminismo, como já dissemos, se falava em gênero e classe, mas olhando hoje para o que construímos na nossa história, éramos parte dessa luta feminista com certeza.

Luta feminista, aqui entendida, como aquela luta pela liberdade e autonomia das mulheres que será fruto da obra das mulheres, nesse caso das mulheres camponesas, rumo a transformação da sociedade.

Nesse sentido, discutir como se dá a construção do feminismo no MMC se faz a partir do resgate da nossa identidade enquanto movimento, o **Feminismo Camponês e Popular é a expressão da história construída e vivenciada pelas mulheres camponesas**, pois é nele que as mulheres do campo se percebem como sujeitos, portadoras de direitos e capazes de transformar a realidade. É não aceitar a sociedade que nos diz que é assim mesmo a vida das mulheres, é normal viver violência, ser discriminada, ser excluída e que não há como mudar esta situação. As camponesas em luta e organização demonstraram que sim é possível transformar a realidade,

ser autônomas para fazer as escolhas sobre sua vida, decidir como produzir alimentos no campo e como viver nele, que é possível construir novas relações entre mulheres e homens, relações de igualdade, e novas relações entre os seres humanos sem exploração de classes, de raça e de gênero.

As práticas feministas das mulheres camponesas se dão em diversos âmbitos, na luta, organização, formação e nas experiências de produção no campo. O **Feminismo Camponês e Popular** afirma que o primeiro passo e importante conquista das mulheres camponesas foi o **SAIR DE CASA**, conforme já citado nessa cartilha, **serem visibilizadas e reconhecidas como gente, como sujeito de direito**, com capacidade de tomar decisões e como trabalhadoras, ações que são uma pequena revolução na vida das mulheres camponesas, que em uma sociedade machista e patriarcal tem suas vidas submetidas a decisões, permissões e controle de terceiros.

Ao sair de casa para ir a uma reunião, curso, formação, encontro e luta do MMC, nós camponesas nos encontramos com outras camponesas e percebemos que a nossa vida tem coisas em comum, que têm dificuldades, desafios, mas também sonhos que são individuais e também podem ser coletivos, desse jeito nos reconhecemos na outra, passamos a nos sentir nas dores e nas conquistas das outras, do grupo, do coletivo, do movimento. É nos reconhecendo na outra, que nós mulheres, **coletivamente organizadas no MMC**, nos damos conta que vivemos numa sociedade capitalista, racista e patriarcal que nos oprime, domina e explora. **Assim nós camponesas organizadas construímos experiências de libertação anticapitalista, antirracista e antipatriarcal.**



Como já dissemos, é possível perceber que a discussão sobre o feminismo sempre esteve presente, independente a denominação que se usasse e sim, se trabalhava a luta pela igualdade de gênero, os diferentes elementos da vida das mulheres, como sexualidade, gênero, participação política, foram elementos que sempre estiveram presentes nos movimentos autônomos de mulheres desde os anos 1980 e que em 2004 avançaram na organização e luta das camponesas consolidando o movimento autônomo de caráter nacional. É importante frisar que o que pode nos diferenciar de alguns “feminismos” é que nunca achamos que é possível mudar apenas a vida das mulheres, sabemos que é preciso mudar o sistema capitalista que amplia e cria novas desigualdades a cada dia.

É neste momento de reafirmação da importância e luta das camponesas pela libertação das mulheres e pela transformação da sociedade, a partir da identidade camponesa e da proposta de um projeto popular de agricultura camponesa e agroecológica e de um projeto popular para o Brasil, com participação e igualdade entre as pessoas, que as camponesas entendem que sua luta é uma luta feminista, e assim, se descobrem e afirmam como um movimento feminista, tornando explícita a Luta histórica em favor das mulheres camponesas como uma luta feminista, camponesa e popular.

Para o Movimento de Mulheres Camponesas, só o debate de gênero, classe, combate a violência contra a mulher, pela produção de alimentos saudáveis, já não era suficiente para dar corpo e visibilidade à nossa prática feminista, mas era necessário se auto afirmar enquanto movimento feminista para manter em pauta e garantir a luta de transformação necessária para a libertação de mulheres e homens e construir uma nova

sociedade Socialista. E, como feminista, o movimento afirma a luta histórica das mulheres da classe trabalhadora é a nossa grande referência de feminismo, é instrumento de luta por direitos, comprometido com a transformação das relações sociais de gênero e classe.

Nessa perspectiva o **Feminismo Camponês e Popular é forjado na LUTA cotidiana de resistência e enfrentamento ao capitalismo**, particularmente em sua expressão no campo. Construimos a partir da luta contra o agronegócio na defesa da natureza, dos bens naturais, contra os agrotóxicos e os transgênicos, contra o roubo e saque de nossos territórios e terras. É assim que as ações de lutas das mulheres contra os latifundiários, contra as empresas do agronegócio, de enfrentamento ao Estado e contra sua repressão e criminalização da luta das mulheres camponesas faz parte da história e da formação da luta feminista camponesa e popular. Essa ação enfrenta muitos inimigos, o agronegócio que destrói a natureza e a vida das mulheres, mas também o patriarcado que coloca a mulher restrita ao espaço privado, pois, mais uma vez, se coloca a importância da visibilidade das lutas e o trabalho das mulheres, como **sujeitas concretas de transformação da sociedade**, ressaltando o **caráter de LUTA contra o capitalismo e o patriarcado do Feminismo Camponês e Popular**.

É a partir dos processos concretos de **lutas, organização, formação e construção de novas relações** entre mulheres e homens e entre as pessoas e a natureza, que nos compreendemos como feministas e afirmamos o **Feminismo Camponês e Popular**.



Elementos que se entrelaçam e se complementam

A partir destas reflexões políticas e das lutas concretas ao longo dos 35 anos de organização e luta das camponesas no Brasil, afirmamos que o Feminismo Camponês e Popular não é algo novo, que vem de fora para dentro, mas é a prática cotidiana de vida, luta e organização das mulheres do campo, mesmo quando ainda não o entendíamos desta forma. Com o Feminismo Camponês e Popular damos nome a nossa luta histórica pela libertação e igualdade entre mulheres e homens e pela transformação da sociedade, por uma sociedade Socialista onde mulheres e homens sejam emancipados/as, sem dominações e explorações de classe, raça/etnia e de gênero.

Neste processo de aprofundamento e avanço orgânico e coletivo na construção e afirmação do Feminismo Camponês e Popular, identificamos alguns elementos que consideramos são consensos neste processo constante e permanente de construção, que apresentaremos a seguir.

Quando a mulher constrói sua liberdade de **DECIDIR** sobre sua vida, sobre seu corpo e sobre suas formas de luta e organização política, buscando na militância política e na **AUTO-ORGANIZAÇÃO** das mulheres a condição para avançar na **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES** camponesas no sindicato, nos movimentos populares e nos partidos, transformando as formas de fazer política com a participação das mulheres.

Quando a mulher conquista sua **AUTONOMIA** para decidir sobre os seus atos, sobre seus sentimentos e sobre suas

lutas e, assim, também a força para decidir enfrentar e sair de situações de violência. Para o Feminismo Camponês e Popular a **LUTA PELO FIM DE TODA FORMA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER** é luta histórica e cotidiana e eixo central de sua ação.

Quando a mulher assume o **COMPROMISSO** coletivo com todas as mulheres que não conseguiram acompanhar o processo de autonomia e emancipação e com elas constrói **COLETIVAMENTE**. Entendermos que o Feminismo Camponês e Popular é uma construção coletiva, expressando o acúmulo político das mulheres camponesas organizadas em movimento e articuladas com outros movimentos populares do campo e da cidade. É uma construção coletiva das mulheres da CLOC/Via Campesina, concretizada nas ações das organizações que a compõe nos processos de formação, luta e organização. Mulheres que representam a diversidade de formas de se organizar, de viver e de produzir alimentos. A diversidade étnica e racial que faz parte de nossa identidade camponesa que precisa ser valorizada e reconhecida, mas sem perder de vista que todas somos mulheres da classe trabalhadora que é condição para nossa exploração e dominação. Portanto juntas, organizadas e em luta devemos enfrentar nossos inimigos para superá-los.

Quando a mulher participa da ocupação do espaço coletivamente, sendo a **TERRA** parte de nossa vida e nossa vida parte da Terra, de onde produzimos nossos **ALIMENTOS SAUDÁVEIS** e nossa **LIBERTAÇÃO**, por meio da luta pela **VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DAS CAMPONESAS** a partir do **PROJETO POPULAR DE AGRICULTURA CAMPONESA**,



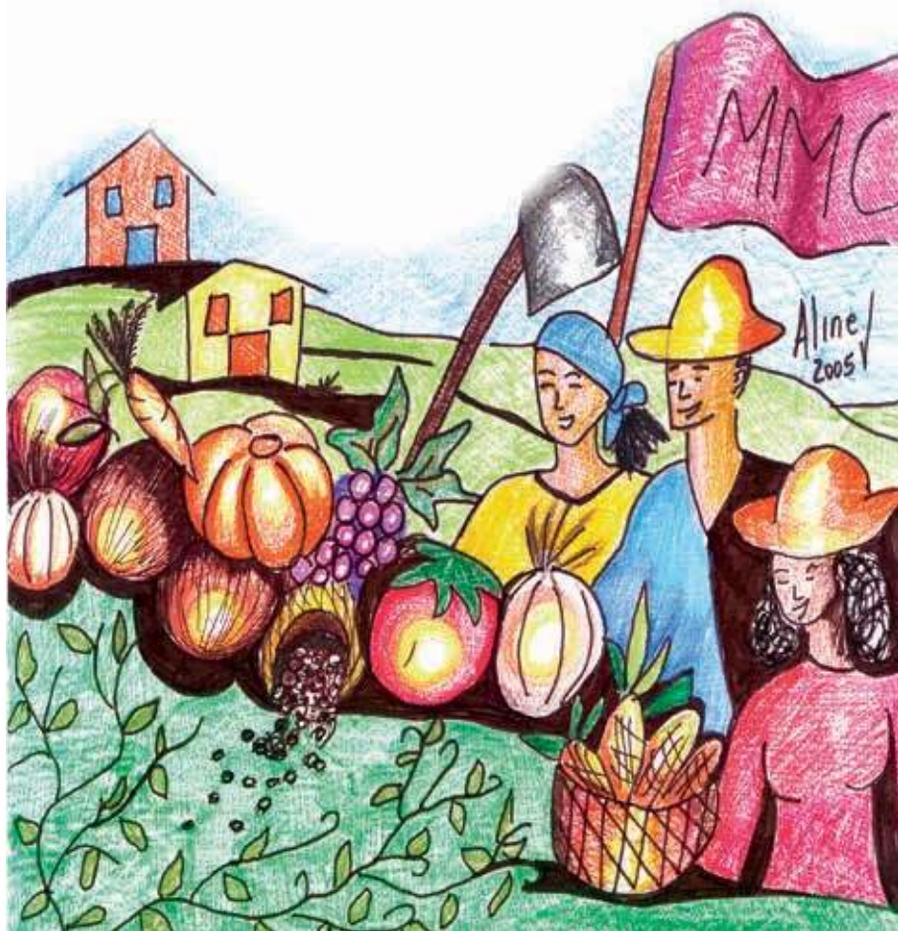
com bases **AGROECOLÓGICAS** e perspectiva **FEMINISTA**, promovendo **SOBERANIA ALIMENTAR** com participação e reconhecimento das mulheres.

Quando uma mulher entende que **indignação** e **rebeldia**, são parte importante da luta ela se torna lutadora, pois toda mulher da cidade ou do campo quando começa a participar do movimento de mulheres ela se rebela, sem medo para levar rebeldia para todas as mulheres, mas também sabemos que indignação e rebeldia só trazem mudanças com **auto-organização**.

Quando as mulheres sentem a importância de estar sempre resgatando a **MEMÓRIA DAS LUTADORAS** que nos antecederam para manter viva a história do movimento. A vida das mulheres se mistura ao movimento de forma real e prática. Daí a importância de se perceber e trabalhar as diversidades dentro do Campo. Resgatar e reconhecer nossa própria história de organização e luta, nos faz perceber como parte da construção do feminismo em nós mesmas e no movimento, que nossas praticas, ações e construções políticas nos levam a identificar nossa luta como uma luta camponesa, feminista e popular. E nos faz identificar também que essa é **uma construção orgânica das camponesas, protagonizada por aquelas que se transformam em sujeitas nesse processo histórico, social e de lutas.**

Quando as mulheres na luta de **ENFRENTAMENTO AO CAPITALISMO**, expresso no agronegócio, percebem que

estão enfrentando aquele que aliado **AO PATRIARCADO E AO RACISMO**, as violentam, as discriminam e as exploram. E assim todos os dias, vão transformando relações entre homens e mulheres, entre seres humanos e natureza e construindo as bases para uma **SOCIEDADE SOCIALISTA** onde não persista nenhuma forma de opressão, dominação e exploração. O feminismo camponês e popular é parte fundante da **LUTA DA CLASSE TRABALHADORA** por transformação social, ela é sua expressão construída pelas camponesas.



Feminismo Camponês e Popular
Já ouvi, já vivi e eu quero falar

A História já nos mostra
Desde a santa inquisição
Somos Bruxas, Zapatistas
Tecendo a Revolução

Defendendo a Natureza
Bem do povo e da nação
Tamo na luta, todo dia
Violência digo não

Camponesa se organize
A luta é seu lugar
Construir Sabedoria
No projeto popular!

Feminismo é a semente
Que brota no coração
Das mulheres camponesas
Com sede de libertação.

(Paródia construída por participantes
do III Seminário Internacional
Feminismo Camponês e Popular)



*Sugerimos que os grupos utilizem o conteúdo
deste capítulo para organizar duas reuniões,
aprofundando os temas:*

- 1. O Feminismo Camponês e Popular.*
- 2. Elementos que se entrelaçam e se complementam.*

Referências bibliográficas

ANMTR, Cartilha Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Dia Internacional da Mulher, Mulheres Trabalhadoras Rurais construindo um novo Brasil, [Cartilha], Passo Fundo/RS, 2000.

ANTR, Documento final I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Barueri – São Paulo, 1986.

ANTR, Relatório I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Barueri – São Paulo, 1986.

CARLOS, Daiane dos Santos; CONTE, Isaura Isabel, Oito de março de 2006: Em defesa da vida, mais um marco na luta das mulheres camponesas, In. Mulheres resistência e luta em defesa da vida, Org. Conceição Paludo, CEBI, São Leopoldo, 2009, pp. 133-167.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga, Movimento de Mulheres Camponesas: Na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa, In. Mulheres resistência e luta em defesa da vida, Org. Conceição Paludo, CEBI, São Leopoldo, 2009, pp. 86-132.

- MMC, Historia. 2004. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>, Acesso em 19 de out. de 2017.
- MMC, Mulheres camponesas: caminhando rumo à superação da violência. [Cartilha], Passo Fundo, 2008.
- MMC, Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida, [Cartilha], Chapecó, 2008.
- MMC, Mulheres camponesas rompendo o silêncio e lutando pela não violência. [Cartilha], Passo Fundo - 2ª ed. 2005.
- MMC, Relatório do I Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular, Luziânia. 2015.
- MMC, Relatório do II Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular, Luziânia. 2017.
- MMC, Relatório do III Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular, Luziânia. 2017.